

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.475.669 - SP (2019/0085883-3)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : MARIA DENISE VERARDO SANCHEZ CAMARGO
ADVOGADO : OSMAR GERALDO PINHATA E OUTRO(S) - SP055050
AGRAVADO : LUCK FOMENTO MERCANTIL LTDA
ADVOGADO : CINIRA GOMES LIMA MÉLO - SP207660

EMENTA

CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CESSÃO DE CRÉDITOS. OPOSIÇÃO DE EXCESSÕES PESSOAIS. AGRAVO CONHECIDO. CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

LUCK FOMENTO MERCANTIL LTDA (LUCK FOMENTO) promoveu contra MARIA DENISE V. SANCHEZ CAMARGO (MARIA), ação monitória objetivando a cobrança de cheques prescritos.

O pedido foi julgado improcedente (e-STJ, fls. 135/141).

Interposta apelação por LUCK FOMENTO, o Tribunal de origem deu-lhe provimento para julgar procedente a ação, em acórdão assim ementado:

CHEQUES. Ação monitória. Transferência dos títulos por meio de contrato de fomento mercantil. E-mail enviado pela "factoring" à ré, que confirmou a emissão das cédulas sem qualquer oposição. Desajuste comercial posterior entre a emitente dos cheques e a cedente que não pode ser imputado à autora. Exegese do artigo 294 do CC. Embargos monitórios rejeitados. Recurso provido (e-STJ, fl. 180).

Os embargos de declaração opostos por MARIA foram rejeitados (e-STJ, fls. 196/200).

Inconformada, MARIA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação do art. 294 do CC/02, alegando que é possível opor as excessões pessoais em face da faturizadora, no caso a ora recorrida LUCK FOMENTO, após eventual desajuste comercial ocorrido com o cedente.

Afirma que o fato de ter confirmado a emissão dos cheques no momento em que teve conhecimento da cessão dos créditos, não tem o condão de impedir eventual oposição pessoal em caso de descumprimento do negócio pactuado com o cedente, como ocorrera na espécie.

Suscitou dissídio jurisprudencial.

Em juízo de admissibilidade, a presidência da seção de direito privado do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 268/274).

É o relatório.

DECIDO.

Para melhor examinar as controvérsias suscitadas, **CONHEÇO** do agravo para determinar a sua autuação como recurso especial (art. 253, II, d, do Regimento Interno do STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator